

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	7
--------------------------------	---

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/09/2019	8
---	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	24
Preferenciais	0
Total	24
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	10.179.174	10.117.669
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.675	3.446
1.01.01	Caixa	6.675	3.446
1.02	Ativos Financeiros	9.076.950	8.941.462
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	9.076.950	8.941.462
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.524.702	6.396.201
1.02.04.06	Operações de Arrendamento	2.606.154	2.703.709
1.02.04.07	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de Operações de Arrendamento	-53.906	-158.448
1.03	Tributos	195.124	239.648
1.03.03	Outros	195.124	239.648
1.03.03.01	Créditos Tributários	195.124	239.648
1.04	Outros Ativos	856.859	871.694
1.04.03	Outros	856.859	871.694
1.05	Investimentos	40.480	58.318
1.05.02	Participações em Controladas em Conjunto	40.480	58.318
1.06	Imobilizado	3.086	3.101
1.06.01	Imobilizado de Uso	25.444	25.444
1.06.03	Depreciação Acumulada	-22.358	-22.343

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	10.179.174	10.117.669
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	6.153.067	6.016.001
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	6.153.067	6.016.001
2.02.03.01	Recursos de instituições financeiras	541	936
2.02.03.02	Recursos de emissão de títulos	6.152.526	6.015.065
2.03	Provisões	158.280	168.330
2.03.01	Provisões para contingências	158.280	168.330
2.04	Passivos Fiscais	285.413	295.595
2.04.01	Impostos Diferidos	285.413	295.595
2.05	Outros Passivos	109.562	234.813
2.07	Patrimônio Líquido	3.472.852	3.402.930
2.07.01	Capital Social Realizado	2.312.267	2.312.267
2.07.04	Reservas de Lucros	1.160.683	1.090.663
2.07.04.01	Reserva Legal	293.645	289.054
2.07.04.02	Reserva Estatutária	867.038	801.609
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-98	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	395.664	1.098.498	634.494	2.290.584
3.01.01	Operações de crédito	4.238	19.271	7.437	49.863
3.01.02	Operações de arrendamento mercantil	350.568	956.378	316.998	923.443
3.01.03	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	40.858	122.849	310.059	1.317.278
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-380.338	-990.719	-565.874	-2.063.852
3.02.01	Operações de captações no mercado	-36.088	-150.965	-308.170	-1.314.324
3.02.02	Operações de empréstimos e repasses	-10	-35	-26	-100
3.02.03	Operações de arrendamento mercantil	-344.240	-839.719	-257.678	-749.428
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	15.326	107.779	68.620	226.732
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	47.406	44.514	-20.433	-44.645
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	49.103	65.658	2.735	-20.059
3.04.01.01	Operações de arrendamento mercantil	49.103	65.658	2.735	-20.059
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-6.819	-14.068	-10.225	-20.301
3.04.05	Despesas Tributárias	-9.585	-28.189	-10.948	-32.754
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	19.799	41.494	14.046	63.637
3.04.06.01	Outras receitas operacionais	19.799	41.494	14.046	63.637
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-5.216	-21.521	-16.469	-36.456
3.04.07.01	Outras despesas operacionais	-5.216	-21.521	-16.469	-36.456
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	124	1.140	428	1.288
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	62.732	152.293	48.187	182.087
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.032	-60.463	53.307	32.798
3.06.01	Corrente	-21.578	-26.122	39.941	22.591
3.06.02	Diferido	-3.454	-34.341	13.366	10.207
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	37.700	91.830	101.494	214.885
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	37.700	91.830	101.494	214.885
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	1.598	3.894	4.303	8.368
3.99.01	Lucro Básico por Ação	1.598	3.894	4.303	8.368
3.99.01.01	ON	1.598	3.894	4.303	8.368

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	37.700	91.830	101.494	214.885
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	-52	-98	0	0
4.03.02	Valores que não serão Reclassificados para o Resultado	-52	-98	0	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	37.648	91.732	101.494	214.885

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	23.673	-396.086
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	858.868	847.848
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	152.293	182.086
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	706.575	665.762
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-835.195	-1.243.934
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-30	-57
6.01.02.02	(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	-128.471	45.774.132
6.01.02.03	(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	-43.305	11.317
6.01.02.04	(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	20.230	-51.495
6.01.02.05	(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	-538.522	-1.069.052
6.01.02.07	Aumento/(Redução) em Depósitos Interfinanceiros	0	-45.830.982
6.01.02.08	Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-395	-4.150
6.01.02.09	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	-138.531	-15.701
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-6.171	-57.946
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	18.895	-365
6.02.01	(Aumento)/Redução em Investimentos/Imobilizado de Uso	18.895	-385
6.02.02	Dividendos Recebidos	0	20
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-39.339	415.327
6.03.01	Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	137.461	415.327
6.03.02	Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-176.800	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.229	18.876
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.446	3.246
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.675	22.122

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.312.267	0	1.090.663	0	0	0	3.402.930
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.312.267	0	1.090.663	0	0	0	3.402.930
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-21.810	0	-21.810
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-21.810	0	-21.810
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-98	91.830	0	91.732
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	91.830	0	91.830
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-98	0	0	-98
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas e Controladas	0	0	0	-98	0	0	-98
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	70.020	0	-70.020	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	70.020	0	-70.020	0	0
5.07	Saldos Finais	2.312.267	0	1.160.683	-98	0	0	3.472.852

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.312.267	0	1.051.111	0	0	0	3.363.378
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.312.267	0	1.051.111	0	0	0	3.363.378
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-181.000	0	0	0	-181.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-181.000	0	0	0	-181.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	214.885	0	214.885
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	214.885	0	214.885
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.885	0	-33.885	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.885	0	-33.885	0	0
5.07	Saldos Finais	2.312.267	0	903.996	0	181.000	0	3.397.263

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	1.184.130	2.297.706
7.01.01	Intermediação Financeira	1.098.498	2.290.584
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	65.658	-20.059
7.01.04	Outras	19.974	27.181
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-990.719	-2.063.852
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.054	-20.295
7.03.02	Serviços de Terceiros	-440	0
7.03.04	Outros	-13.614	-20.295
7.03.04.01	Jurídicas processuais	-4.970	-5.683
7.03.04.02	Serviços técnicos especializados	-3.785	-3.924
7.03.04.03	Seguros	-2.413	-5.233
7.03.04.04	Serviços do sistema financeiro	-1.514	-2.842
7.03.04.05	Propaganda, promoções e publicidade	-504	0
7.03.04.07	Processamento de Dados	-253	-913
7.03.04.08	Outras	-175	-1.700
7.04	Valor Adicionado Bruto	179.357	213.559
7.05	Retenções	-15	-6
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15	-6
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	179.342	213.553
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.140	1.288
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.140	1.288
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	180.482	214.841
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	180.482	214.841
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	88.652	-44
7.09.02.01	Federais	65.244	-24.159
7.09.02.03	Municipais	23.408	24.115
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	91.830	214.885
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	181.000
7.09.04.02	Dividendos	21.810	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	70.020	33.885

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do período findo em 30 de setembro de 2020, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 92 milhões, correspondendo a R\$ 3.893,58 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.473 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 3,54% sobre o Patrimônio Líquido. A Instituição possui participação societária na empresa Serel Participações em Imóveis S.A.

Em 30 de setembro de 2020, o total de Ativos somava R\$ 10.179 milhões, destacando-se R\$ 6.523 milhões em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 2.606 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 6.153 milhões de Debêntures e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado das operações de arrendamento mercantil representava R\$ 1.141 milhões. A Instituição possuía 5.692.374.984 debêntures de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$ 138.431 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança.

Osasco, SP, 28 de outubro de 2020.

Diretoria

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Individuais

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil



3° TRI | 2020



Notas Explicativas

Baseado na Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3.853/10 e Carta-Circular no 3.447/10 do Banco Central do Brasil, a Bradesco Leasing optou por elaborar suas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, deixamos de preencher os quadros referentes aos dados padronizados das informações, uma vez que estes são aplicáveis, somente, quando da elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB.

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações de Resultado, bem como suas Notas Explicativas, os Fluxos de Caixa e o Valor Adicionado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

Notas Explicativas
Balço Patrimonial – Em Reais mil

	Nota	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ativo			
Caixa e Equivalente de Caixa	04	6.675	3.446
Instrumentos Financeiros		6.524.702	6.396.201
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	05	1.324	1.294
- Títulos e valores mobiliários	06	6.523.378	6.394.907
Operações de Arrendamento Mercantil	07	2.606.154	2.703.709
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(53.906)	(158.448)
- Operações de arrendamento mercantil	07	(53.906)	(158.448)
Créditos Tributários	21	195.124	239.648
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	08	40.480	58.318
Imobilizado de Uso	09	25.444	25.444
Depreciações e Amortizações	09	(22.358)	(22.343)
Outros Ativos	10	856.859	871.694
Total do Ativo		10.179.174	10.117.669

A partir de janeiro de 2020, o Balço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Circular Bacen nº 3.959/19.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial – Em Reais mil

	Nota	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Passivo			
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		6.153.067	6.016.001
- Recursos de instituições financeiras	11a	541	936
- Recursos de emissão de títulos	11b	6.152.526	6.015.065
Provisões		158.280	168.330
- Provisões para Contingências	12	158.280	168.330
Impostos Diferidos		285.413	295.595
Outros Passivos	13	109.562	234.813
Total do Passivo		6.706.322	6.714.739
Patrimônio Líquido	14		
Capital Social		2.312.267	2.312.267
Reservas de Lucros		1.160.683	1.090.663
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(98)	-
Total do Patrimônio Líquido		3.472.852	3.402.930
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.179.174	10.117.669

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Circular Bacen nº 3.959/19.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado Acumulado – Em Reais mil

	Nota	1.7.2020 a 30.9.2020	1.1.2020 a 30.9.2020	1.7.2019 a 30.9.2019	1.1.2019 a 30.9.2019
Receitas da Intermediação Financeira		395.664	1.098.498	634.494	2.290.584
Operações de Crédito	07j	4.238	19.271	7.437	49.863
Operações de Arrendamento Mercantil	07i	350.568	956.378	316.998	923.443
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	06c	40.858	122.849	310.059	1.317.278
Despesas da Intermediação Financeira		(380.338)	(990.719)	(565.874)	(2.063.852)
Operações de Captações no Mercado	11	(36.088)	(150.965)	(308.170)	(1.314.325)
Operações de Empréstimos e Repasses		(10)	(35)	(26)	(99)
Operações de Arrendamento Mercantil	07i	(344.240)	(839.719)	(257.678)	(749.428)
Resultado da Intermediação Financeira		15.326	107.779	68.620	226.732
Reversão/(Despesa) de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		49.103	65.658	2.735	(20.059)
- Operações de arrendamento mercantil	07	49.103	65.658	2.735	(20.059)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		64.429	173.437	71.355	206.673
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(10.507)	(26.308)	(16.975)	(11.101)
Outras Despesas Administrativas	15	(6.819)	(14.068)	(10.225)	(20.301)
Despesas Tributárias	16	(9.585)	(28.189)	(10.948)	(32.754)
Resultado de Participações em Coligadas	08	124	1.140	428	1.288
Outras Receitas Operacionais	17	5.204	19.976	10.514	32.770
Outras Despesas Operacionais	18	(2.311)	(3.166)	(1.718)	(6.662)
(Despesa)/Reversão de Provisões		2.880	(2.001)	(5.026)	14.558
- Fiscais	12	-	-	-	17.533
- Cíveis	12	2.880	(2.001)	(5.026)	(2.975)
Resultado Operacional		53.922	147.129	54.380	195.572
Resultado Não Operacional	19	8.810	5.164	(6.193)	(13.485)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		62.732	152.293	48.187	182.087
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(25.032)	(60.463)	53.307	32.798
Lucro Líquido		37.700	91.830	101.494	214.885
Lucro por ação em R\$		1.598,47	3.893,58	4.303,33	9.111,09

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas**Demonstração do Resultado Abrangente – Em Reais mil**

	1.7.2020 a 30.9.2020	1.1.2020 a 30.9.2020	1.7.2019 a 30.9.2019	1.1.2019 a 30.9.2019
Lucro líquido do período	37.700	91.830	101.494	214.885
Outros resultados abrangentes	(52)	(98)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(52)	(98)	-	-
Resultado abrangente do período	37.648	91.732	101.494	214.885

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.312.267	276.676	774.435	-	-	3.363.378
Lucro Líquido	-	-	-	-	214.885	214.885
Destinações:						
- Reservas	-	10.745	23.140	-	(33.885)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	(181.000)	(181.000)
Saldos em 30 de setembro de 2019	2.312.267	287.421	797.575	-	-	3.397.263
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.312.267	289.054	801.609	-	-	3.402.930
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(98)	-	(98)
Lucro Líquido	-	-	-	-	91.830	91.830
Destinações:						
- Reservas	-	4.591	65.429	-	(70.020)	-
- Dividendos Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	(21.810)	(21.810)
Saldos em 30 de setembro de 2020	2.312.267	293.645	867.038	(98)	-	3.472.852

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

Demonstração do Valor Adicionado em 30 de Setembro – Em Reais mil

Descrição	2020	%	2019	%
1 – Receitas	1.184.130	656,1	2.297.706	1.069,5
1.1) Intermediação Financeira	1.098.498	608,6	2.290.584	1.066,2
1.2) Reversão/(Provisão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	65.658	36,4	(20.059)	(9,3)
1.3) Outras	19.974	11,1	27.181	12,7
2 – Despesas de Intermediação Financeira	(990.719)	(548,9)	(2.063.852)	(960,6)
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	(14.054)	(7,8)	(20.295)	(9,4)
Jurídicas processuais	(4.970)	(2,8)	(5.683)	(2,6)
Serviços Técnicos Especializados	(3.784)	(2,1)	(3.924)	(1,8)
Seguros	(2.413)	(1,3)	(5.233)	(2,4)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.514)	(0,8)	(2.842)	(1,3)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(504)	(0,3)	-	-
Serviços de Terceiros	(440)	(0,2)	-	-
Processamento de Dados	(253)	(0,1)	(913)	(0,4)
Outras	(176)	(0,1)	(1.700)	(0,8)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	179.357	99,4	213.559	99,4
5 – Depreciação e Amortização	(15)	-	(6)	-
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	179.342	99,4	213.553	99,4
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.140	0,6	1.288	0,6
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	1.140	0,6	1.288	0,6
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	180.482	100,0	214.841	100,0
9 – Distribuir Valor Adicionado	180.482	100,0	214.841	100,0
9.1) Impostos, Taxas e Contribuições	88.652	49,1	(44)	-
Federais	65.244	36,1	(24.159)	(11,2)
Municipais	23.408	13,0	24.115	11,2
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	91.830	50,9	214.885	100,0
Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	181.000	84,2
Dividendos Pagos e/ou Provisionados	21.810	12,1	-	-
Lucros Retidos	70.020	38,8	33.885	15,8

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado em 30 de Setembro - Em Reais mil

	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	152.293	182.086
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	706.575	665.762
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(65.658)	20.059
Depreciação e Amortização	726.781	651.565
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis e Fiscais	6.327	(41.429)
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	(1.140)	(1.288)
Insuficiência/(Superveniência) de Depreciação	56.115	30.283
Provisão para Desvalorização de outros valores e bens	(16.790)	6.312
Outros	940	260
Lucro Líquido antes dos Impostos	858.868	847.848
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(30)	(57)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(128.471)	45.774.132
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(43.305)	11.317
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	20.230	(51.495)
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(538.522)	(1.069.052)
Aumento/(Redução) em Depósitos Interfinanceiros	-	(45.830.982)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(395)	(4.150)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(138.531)	(15.701)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.171)	(57.946)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	23.673	(396.086)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Investimentos/Imobilizado de Uso	18.895	(385)
Dividendos Recebidos	-	20
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	18.895	(365)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	137.461	415.327
Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio pagos	(176.800)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(39.339)	415.327
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.229	18.876
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	3.446	3.246
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	6.675	22.122
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.229	18.876

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular Bacen nº 3.959/19 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis e fiscais; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de outubro 2020.

Notas Explicativas

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Instrumentos financeiros

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.

Notas Explicativas

ii. Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

e) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme seguem:

i. Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente (Nota 7b).

ii. Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

São registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas (Nota 7b).

O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações – Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual (Nota 7b).

Notas Explicativas

iii. Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20% (Nota 7k).

iv. Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7k).

v. Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens “ii” a “iv” acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente, no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (Nota 7k).

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Notas Explicativas

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

Conforme permitido pela Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 estão sendo mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade da contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação e receitas das operações de arrendamento mercantil, bem como a composição das despesas e das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na Nota 7.

Notas Explicativas

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 21.

h) Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas

Os investimentos em empresas coligadas e de controle compartilhado, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A composição das empresas coligadas e controladas está apresentada na Nota 8.

i) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso – 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos – 10% ao ano; sistema de transportes – 10% a 20% ao ano; e sistemas

Notas Explicativas

de processamento de dados – de 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentados na Nota 9.

j) Outros ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensadas no próprio exercício.

Também estão classificadas nesse grupo as despesas antecipadas que representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestações de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

Os Bens Não de Uso são aqueles recebidos em dação em pagamento e aqueles que eram de uso e foram desativados, destinados à venda. Estão registrados pelo menor valor entre o valor de mercado e o valor contábil e ajustados por meio de provisão, quando aplicável.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 10.

k) Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Notas Explicativas

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

l) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição das operações está apresentada na Nota 11.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de debêntures, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente, as composições dos respectivos saldos dessas captações estão sendo apresentadas na Nota 11.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Notas Explicativas

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 12.

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 23 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Disponibilidades em moeda nacional	6.675	3.446
Total de caixa e equivalentes de caixa	6.675	3.446

Notas Explicativas

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	R\$ mil		
	Acima de 360 dias	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Aplicações em depósitos interfinanceiros:			
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.324	1.324	1.294
Em 30 de setembro de 2020	1.324	1.324	
%	100,0	100,0	
Em 31 de dezembro de 2019	1.294		1.294
%	100,0		100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Acumulado em 30 de setembro – R\$ mil	
	2020	2019
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	30	58
Total (Nota 6c)	30	58

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	R\$ mil	
	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Carteira própria		
Cotas de fundos de investimentos	6.484.691	6.348.241
Letras financeiras do tesouro	30.957	-
Vinculados à prestação de garantias		
Letras financeiras do tesouro	7.730	46.666
Total	6.523.378	6.394.907

Notas Explicativas

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	R\$ mil							
	Em 30 de setembro de 2020						Em 31 de dezembro de 2019	
	1 a 30 dias	31 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação	6.381.537	13.072	128.768	6.523.378	6.523.452	(74)	6.394.907	-
Letras financeiras do tesouro	-	13.072	25.615	38.687	38.761	(74)	46.666	-
Cotas de fundos de investimentos (3)	6.381.537	-	103.154	6.484.691	6.484.691	-	6.348.241	-
Total geral	6.381.537	13.072	128.768	6.523.378	6.523.452	(74)	6.394.907	-

(1) No encerramento do período a Instituição possuía R\$ 6.484.691 mil (Em dezembro de 2019 – R\$ 6.348.241 mil), aplicados em fundos exclusivos da Organização;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Aplicações em cotas do Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andrômeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO****c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

	Acumulado em 30 de setembro – R\$ mil	
	2020	2019
Títulos de renda fixa	122.819	1.317.220
Aplicações interfinanceiras de liquidez	30	58
Total	122.849	1.317.278

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra.

b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

	R\$ mil	
	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Arrendamentos financeiros a receber	2.013.746	2.284.049
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(1.968.129)	(2.242.853)
Bens arrendados e perdas em arrendamentos (líquidas) (Nota 7k)	5.262.655	5.532.351
Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros (Nota 7k)	(1.560.782)	(1.586.105)
- Depreciações acumuladas	(2.370.509)	(2.452.247)
- Superveniência de depreciação	809.727	866.142
Valor residual garantido antecipado	(1.141.336)	(1.283.733)
Total do valor presente (1)	2.606.154	2.703.709

(1) O valor de mercado da carteira de arrendamento mercantil é de R\$ 2.560.741 mil (Em dezembro de 2019 – R\$ 2.675.773 mil), adotando as taxas de juros praticadas pela Organização em novos contratos de características similares.

Notas Explicativas
c) Modalidades e prazos

	R\$ mil									
	Curso normal									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30 de setembro de 2020 (A)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019 (A)	% (1)
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	84.498	120.542	86.045	248.572	421.963	1.628.196	2.589.816	99,4	2.574.152	95,2
Total em 30 de setembro de 2020	84.498	120.542	86.045	248.572	421.963	1.628.196	2.589.816	99,4		
Total em 31 de dezembro de 2019	93.522	99.178	90.941	246.320	425.323	1.618.868			2.574.152	95,2

	R\$ mil									
	Curso anormal									
	Parcelas vencidas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Total em 30 de setembro de 2020 (B)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019 (B)	% (1)	
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	667	607	414	585	174	2.447	0,1	25.268	0,9	
Total em 30 de setembro de 2020	667	607	414	585	174	2.447	0,1			
Total em 31 de dezembro de 2019	2.942	2.529	4.078	7.151	8.568			25.268	0,9	

	R\$ mil									
	Curso anormal									
	Parcelas vincendas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30 de setembro de 2020 (C)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019 (C)	% (1)
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	606	507	559	1.584	2.532	8.103	13.891	0,5	104.289	3,9
Total em 30 de setembro de 2020	606	507	559	1.584	2.532	8.103	13.891	0,5		
Total em 31 de dezembro de 2019	2.922	2.853	2.811	8.153	17.460	70.090			104.289	3,9

(1) Em relação ao total da carteira.

Notas Explicativas

	R\$ mil	
	Total em 30 de setembro de 2020 (A+B+C)	Total em 31 de dezembro de 2019 (A+B+C)
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	2.606.154	2.703.709
Total em 30 de setembro de 2020	2.606.154	
Total em 31 de dezembro de 2019		2.703.709

d) Modalidades e níveis de risco

	R\$ mil												
	Nível de Risco									Total em 30 de setembro de 2020	%	Total em 31 de dezembro de 2019	%
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H				
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	464.718	887.160	1.177.765	10.689	20.594	7.694	983	15.516	21.035	2.606.154	100,0	2.703.709	100,0
Total em 30 de setembro de 2020	464.718	887.160	1.177.765	10.689	20.594	7.694	983	15.516	21.035	2.606.154			
%	17,8	34,1	45,2	0,4	0,8	0,3	-	0,6	0,8		100,0		
Total em 31 de dezembro de 2019	494.297	676.850	1.354.650	15.431	14.167	5.219	204	19.739	123.152			2.703.709	
%	18,3	25,0	50,1	0,6	0,5	0,2	-	0,7	4,6				100,0

Notas Explicativas

e) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

I) Níveis de Risco

	R\$ mil												
	Níveis de risco												
	Operações em curso anormal (3)												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30 de setembro de 2020	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Parcelas vincendas	-	-	205	1.001	5.167	3.659	749	10	3.100	13.891	100,0	104.289	100,0
1 a 30	-	-	21	73	221	116	33	5	137	606	4,4	2.922	2,8
31 a 60	-	-	21	71	186	102	32	5	90	507	3,6	2.853	2,7
61 a 90	-	-	20	60	220	104	32	-	123	559	4,0	2.811	2,7
91 a 180	-	-	59	171	594	305	87	-	368	1.584	11,5	8.153	7,8
181 a 360	-	-	34	241	1.097	553	149	-	458	2.532	18,2	17.460	16,7
Acima de 360	-	-	50	385	2.849	2.479	416	-	1.924	8.103	58,3	70.090	67,3
Parcelas vencidas (2)	-	-	24	133	727	542	161	28	832	2.447	100,0	25.268	100,0
1 a 14	-	-	-	31	202	56	-	-	88	377	15,4	2.109	8,3
15 a 30	-	-	24	43	22	56	75	5	65	290	11,9	833	3,3
31 a 60	-	-	-	59	218	115	60	5	150	607	24,8	2.529	10,0
61 a 90	-	-	-	-	178	105	20	6	105	414	16,9	4.078	16,1
91 a 180	-	-	-	-	107	192	6	12	268	585	23,9	7.151	28,4
181 a 360	-	-	-	-	-	18	-	-	156	174	7,1	8.121	32,1
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	447	1,8
Subtotal	-	-	229	1.134	5.894	4.201	910	38	3.932	16.338		129.557	
Provisão específica	-	-	2	34	590	1.261	455	27	3.932	6.301		113.055	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Notas Explicativas

	R\$ mil												
	Níveis de Risco												
	Operações em curso normal (2)												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30 de setembro de 2020	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Parcelas Vincendas	464.698	887.131	1.177.304	9.555	14.700	3.484	73	15.471	17.030	2.589.446	100,0	2.572.902	99,9
1 a 30	18.944	19.278	43.719	334	641	160	-	199	853	84.128	3,3	92.271	3,6
31 a 60	18.070	40.080	60.762	323	584	152	-	200	371	120.542	4,7	99.177	3,9
61 a 90	18.077	19.165	47.090	319	576	151	3	198	466	86.045	3,3	90.942	3,5
91 a 180	52.810	62.633	128.741	925	1.427	422	8	427	1.179	248.572	9,6	246.320	9,6
181 a 360	91.673	101.917	220.128	1.742	2.644	735	13	969	2.142	421.963	16,3	425.324	16,5
Acima de 360	265.124	644.058	676.864	5.912	8.828	1.864	49	13.478	12.019	1.628.196	62,8	1.618.868	62,9
Vencidas até 14 dias	20	29	232	-	-	9	-	7	73	370	-	1.250	-
Subtotal	464.718	887.160	1.177.536	9.555	14.700	3.493	73	15.478	17.103	2.589.816	100,0	2.574.152	100,0
Provisão genérica	-	4.436	11.775	287	1.470	1.048	36	10.834	17.103	46.989		44.392	
Total geral em 30 de setembro de 2020	464.718	887.160	1.177.765	10.689	20.594	7.694	983	15.516	21.035	2.606.154			
Provisão existente	-	4.857	11.809	330	2.164	2.358	492	10.861	21.035	53.906			
Provisão mínima requerida	-	4.436	11.777	321	2.060	2.309	491	10.861	21.035	53.290			
Provisão complementar	-	421	32	9	104	49	1	-	-	616			
Total geral em 31 de dezembro de 2019	494.297	676.850	1.354.650	15.431	14.167	5.219	204	19.739	123.152			2.703.709	
Provisão existente	-	4.203	13.574	476	1.503	1.613	109	13.818	123.152			158.448	
Provisão mínima requerida	-	3.384	13.546	463	1.416	1.566	102	13.818	123.152			157.447	
Provisão complementar	-	819	28	13	87	47	7	-	-			1.001	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e

(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Notas Explicativas
II) Operação

Exposição – Arrendamento Mercantil	R\$ mil							
	Operação							
	Em dia	Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Total
Total em 30 de setembro de 2020	2.581.948	7.462	5.248	3.160	7.093	1.211	32	2.606.154
Total em 31 de dezembro de 2019	2.532.216	37.982	21.653	38.542	5.698	65.668	1.950	2.703.709

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

f) Concentração das operações de arrendamento mercantil

	R\$ mil			
	Em 30 de setembro de 2020	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Maior devedor	217.913	8,4	220.604	8,2
Dez maiores devedores	977.327	37,5	804.860	29,8
Vinte maiores devedores	1.237.878	47,5	1.080.435	40,0
Cinquenta maiores devedores	1.614.685	62,0	1.518.021	56,1
Cem maiores devedores	1.919.111	73,6	1.880.946	69,6

(1) Em relação ao total da carteira – critério Bacen.

g) Setor de atividade econômica

	R\$ mil			
	Em 30 de setembro de 2020	%	Em 31 de dezembro de 2019	%
Setor privado	2.606.154	100,0	2.703.709	100,0
Pessoa jurídica	2.527.758	97,0	2.604.554	96,3
Varejo	561.553	21,5	573.090	21,2
Transportes e Concessão	409.893	15,7	452.701	16,7
Serviços Diversos	263.470	10,0	351.164	13,0
Holding	236.687	9,1	45.048	1,7
Atacado	197.724	7,6	206.277	7,6
Atividades Imobiliárias e Construção	145.621	5,6	262.252	9,7
Trading	72.384	2,8	5.994	0,2
Química	58.841	2,3	70.068	2,6
Lazer e turismo	55.342	2,1	61.519	2,3
Automobilística	41.351	1,6	56.241	2,1
Saúde	40.916	1,6	53.213	2,0
Energia Elétrica	36.106	1,4	57.907	2,1
Educação	28.595	1,1	33.175	1,2
Alimentícia	28.353	1,1	40.827	1,5
Siderurgia e Metalurgia	27.688	1,1	14.339	0,5
Telecomunicações	24.792	1,0	8.510	0,3
Material de Construção	23.373	0,9	21.667	0,8
Indústria Geral	23.068	0,9	18.522	0,7
Embalagens	19.626	0,8	35.791	1,3
Extração	14.645	0,6	19.501	0,7
Demais Setores	217.730	8,2	216.747	8,1
Pessoa física	78.396	3,0	99.156	3,7
Total	2.606.154	100,0	2.703.709	100,0

Notas Explicativas**h) Movimentação da carteira de renegociação**

	R\$ mil	
	2020	2019
Saldo inicial em 1º de janeiro	103.694	110.847
Renegociação	85.989	56.251
Recebimentos	(120.500)	(50.058)
Baixas	(5.328)	(6.591)
Saldo final em 30 de setembro	63.855	110.449
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	33.986	84.141
Percentual sobre a carteira de renegociação	53,2%	76,2%

i) Resultado das operações de arrendamento mercantil

	Acumulado em 30 de setembro - R\$ mil	
	2020	2019
Receitas de arrendamento mercantil	956.378	923.443
Despesas de arrendamento mercantil	(839.719)	(749.428)
Depreciações	(660.507)	(578.745)
Insuficiência de depreciação	(91.145)	(34.605)
Amortização	(66.274)	(72.820)
Valor residual garantido antecipado	(12.111)	(30.167)
Outras	(9.682)	(33.091)
Total	116.659	174.015

Notas Explicativas

j) Provisão para perdas esperadas, movimentação da provisão e despesa de PDD líquida

I) Composição – Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Nível de risco	R\$ mil											
	Provisão										Total em 31 de dezembro de 2019	%
	% Mínimo de Provisionamento requerido	Mínima requerida			Genérica	Total	Comple mentar	Total em 30 de setembro de 2020	%			
		Específica		Total específica								
Vencidas		Vincendas										
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	4.436	4.436	421	4.857	9,0	4.203	2,7	
B	1,0	-	2	2	11.775	11.777	32	11.809	21,9	13.574	8,6	
C	3,0	4	30	34	287	321	9	330	0,6	476	0,3	
Subtotal		4	32	36	16.498	16.534	462	16.996	31,5	18.253	11,6	
D	10,0	73	517	590	1.470	2.060	104	2.164	4,0	1.503	0,9	
E	30,0	163	1.098	1.261	1.048	2.309	49	2.358	4,4	1.613	1,0	
F	50,0	80	375	455	36	491	1	492	0,9	109	0,1	
G	70,0	20	7	27	10.834	10.861	-	10.861	20,2	13.818	8,7	
H	100,0	832	3.100	3.932	17.103	21.035	-	21.035	39,0	123.152	77,7	
Subtotal		1.168	5.097	6.265	30.491	36.756	154	36.910	68,5	140.195	88,4	
Total geral em 30 de setembro de 2020		1.172	5.129	6.301	46.989	53.290	616	53.906				
%		2,2	9,5	11,7	87,2	98,9	1,1		100,0			
Total geral em 31 de dezembro de 2019		24.173	88.879	113.052	44.395	157.447	1.001			158.448		
%		15,3	56,1	71,4	28,0	99,4	0,6				100,0	

Notas Explicativas

II) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	2020	2019
- Provisão específica (1)	113.055	62.980
- Provisão genérica (2)	44.392	62.996
- Provisão complementar (3)	1.001	536
Saldo inicial em 1º de janeiro	158.448	126.512
(Reversão)/Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(65.658)	20.059
Baixas	(55.439)	(2.702)
Saldo final em 30 de setembro (Nota 7j I)	53.906	143.869
- Provisão específica (1)	6.301	62.138
- Provisão genérica (2)	46.989	81.208
- Provisão complementar (3)	616	523

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão complementar por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7j I).

III) Recuperações

	Acumulado em 30 de setembro - R\$ mil	
	2020	2019
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	19.271	49.863

(1) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do Bacen.

k) Imobilizado de arrendamento (1)

	R\$ mil	
	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Aeronaves	1.737.133	1.776.359
Máquinas e equipamentos	1.592.582	1.675.441
Veículos e afins	1.281.021	1.365.380
Outros	242.222	270.625
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquidas) (Nota 3e - iv)	409.697	444.546
Total de bens arrendados (Nota 7b)	5.262.655	5.532.351
Depreciação acumulada de bens arrendados	(2.370.509)	(2.452.247)
Superveniência de depreciação (Nota 3e - v)	809.727	866.142
Total da depreciação acumulada (Nota 7b)	(1.560.782)	(1.586.105)
Imobilizado de arrendamento	3.701.873	3.946.246

(1) A Bradesco Leasing apurou no período, superveniência de depreciação no montante de R\$ 56.415 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 29.170 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 300 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 1.665 mil) com a realização de superveniência classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 56.115 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ (30.835) mil) em resultado do período.

8) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de “Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto”:

R\$ mil										
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade De ações/ cotas detidas (em milhares)		Participação no capital social	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 30 de setembro de 2020	Em 30 de setembro de 2019
Serel Participações em Imóveis S.A (1)	610.000	2.273.250	257	-	1,7807%	32.900	40.480	39.992	586	1.157
Aquarius Holdings Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	-	18.326	554	131
Total							40.480	58.318	1.140	1.288

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

(2) Em 30 de abril de 2020 houve baixa do investimento da Aquarius Holdings Ltda. mediante devolução em caixa do investimento.

Notas Explicativas

9) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Imóveis de uso:					
- Terrenos	-	2.714	-	2.714	2.714
- Edificações	4%	22.730	(22.358)	372	387
Total em 30 de setembro de 2020		25.444	(22.358)	3.086	
Total em 31 de dezembro de 2019		25.444	(22.343)		3.101

10) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Tributos antecipados	453.329	450.680
Devedores por depósitos em garantia	372.633	381.467
Outros	30.897	39.547
Total	856.859	871.694

11) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras

I) Obrigações por repasses

	R\$ mil							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
							Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
- FINAME	46	43	44	133	260	15	541	936
Total em 30 de setembro de 2020	46	43	44	133	260	15	541	
%	8,5	7,9	8,1	24,6	48,1	2,8	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2019	61	46	42	127	257	403		936
%	6,5	4,9	4,5	13,6	27,4	43,1		100,0

II) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante das despesas de operações FINAME no período somou R\$ 35 mil (Em 30 de setembro de 2019 - R\$ 100 mil).

Notas Explicativas

b) Recurso de emissão de títulos – Debêntures

I) A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos “Certificados de depósitos interfinanceiros”, conforme segue:

R\$ mil					
Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Valor contábil	
				Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Fevereiro/2005	4.000.000	2025	100% CDI	35.495	34.702
Fevereiro/2005	4.050.000	2025	100% CDI	2.841.713	2.778.222
Fevereiro/2005	8.775.000	2025	100% CDI	1.297.143	1.268.163
Janeiro/2008	6.750.000	2028	100% CDI	171.701	167.865
Junho/2011	4.750.000	2026	100% CDI	835.636	816.966
Junho/2011	4.750.000	2021	100% CDI	970.838	949.147
Total	33.075.000			6.152.526	6.015.065

II) Repactuação de debêntures

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019, não houve repactuação de debêntures.

III) Despesas de debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no período somou R\$ 150.965 mil (Em 30 de setembro de 2019 – R\$ 428.567 mil).

c) Operações de captação no mercado

	Acumulado em 30 de setembro - R\$ mil	
	2020	2019
Debêntures	150.965	428.567
Depósitos interfinanceiros	-	885.757
Total	150.965	1.314.324

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Notas Explicativas

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos.

II - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é:

IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito – R\$ 27.442 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 27.111 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Notas Explicativas

III - Movimentação das provisões – Despesas de provisões

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2019	119.339	45.990
Atualização monetária	3.759	567
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	2.001	-
Pagamentos	(13.377)	-
Saldo em 30 de setembro de 2020	111.722	46.557

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 30 de setembro de 2020, R\$ 46.561 mil (Em dezembro de 2019 – R\$ 48.823 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.556.578 mil (Em dezembro de 2019 – R\$ 1.499.609 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

a) ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.272.999 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 1.314.750 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; e

b) Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o transito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 128.794 mil (Em dezembro de 2019 – R\$ 127.209 mil).

13) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Fiscais e previdenciárias	66.790	37.283
Sociais e estatutárias	21.810	176.800
Credores Diversos	12.247	13.440
Outros	8.715	7.290
Total	109.562	234.813

Notas Explicativas

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.312.267 mil (Em dezembro de 2019 – R\$ 2.312.267 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 23.585 (Em dezembro de 2019 – 23.585) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	R\$ mil	
	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Reservas de lucros	1.160.683	1.090.663
Reserva Legal (1)	293.645	289.054
Reservas Estatutárias (2)	867.037	801.609

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao período findo em 30 de setembro, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1) (2)
Lucro líquido do período	91.830	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	4.591	
Base de cálculo	87.238	
Dividendos propostos em 30 de setembro de 2020	21.810	25,0
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2019	176.800	75,2

(1) Percentual dos dividendos em relação a base de cálculo; e

(2) Percentual de juros sobre o capital próprio em relação a base de cálculo em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

d) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de setembro - R\$ mil	
	2020	2019
Jurídicas processuais	4.970	5.683
Serviços técnicos especializados	3.784	3.924
Seguros	2.413	5.233
Serviços do Sistema Financeiro	1.514	2.842
Propaganda, promoção e publicidade	504	740
Outros	883	1.879
Total	14.068	20.301

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de setembro - R\$ mil	
	2020	2019
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	23.408	24.116
Contribuição à Cofins	3.982	7.299
Contribuição ao PIS	647	1.186
Outras	152	153
Total	28.189	32.754

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de setembro - R\$ mil	
	2020	2019
Atualização monetária sobre depósito vinculado	9.804	12.705
Variação monetária ativa	8.662	16.017
Rendas de outros serviços	1.182	1.961
Outras	328	2.087
Total	19.976	32.770

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de setembro - R\$ mil	
	2020	2019
Provisões cíveis	1.199	4.042
Provisões fiscais	567	1.574
Descontos concedidos	460	757
Outras	940	289
Total	3.166	6.662

Notas Explicativas

19) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Acumulado em 30 de setembro - R\$ mil	
	2020	2019
Prejuízo na alienação de outros valores e bens	(12.038)	(8.039)
Reversão/(Provisão) para desvalorização de outros valores e bens	16.790	(6.312)
Receita de aluguel (Nota 20a)	412	866
Total	5.164	(13.485)

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no *site* de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ativos				
Disponibilidades (Nota 4)	6.675	3.446	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5a)	1.324	1.294	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.484.691	6.348.241	-	-
Operações de arrendamento mercantil	-	-	288	578
Dividendos a receber	-	-	-	17
Passivos				
Recursos de debêntures (Nota 11)	6.152.526	6.015.065	-	-
Dividendos a pagar (Nota 14c)	21.810	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio a pagar	-	176.800	-	-

	Acumulado em 30 de setembro - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2020	2019	2020	2019
Receitas de intermediação financeira	115.795	1.281.570	-	-
Despesas de intermediação financeira	(137.461)	(1.301.083)	-	-
Receita de aluguel (Nota 19)	400	11	12	856
Despesa de comunicação	(63)	(21)	-	-
Despesa de comissões e taxas pagas	(73)	-	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

Notas Explicativas

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos funcionários e administradores da Organização.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de setembro - R\$ mil	
	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	152.293	182.087
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	(60.917)	(72.835)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas	456	515
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(20)	(150)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	-	72.400
Outros valores (1)	18	32.868
Imposto de renda e contribuição social do período	(60.463)	32.798

(1) Em 2019, inclui basicamente: (i) reversão de IR e CS sobre perdas no recebimento de operações de arrendamento mercantil no montante de R\$ 32.505 mil; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de setembro - R\$ mil	
	2020	2019
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(26.121)	14.657
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(34.342)	18.141
Total dos impostos diferidos	(34.342)	18.141
Imposto de renda e contribuição social do período	(60.463)	32.798

Notas Explicativas

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2019	Constituição	Realização/Baixa	Saldo em 30.9.2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	147.300	-	(39.504)	107.796
Provisões cíveis	47.736	1.148	(4.195)	44.689
Provisões fiscais	8.103	227	-	8.330
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	662	-	-	662
Provisão para desvalorização de bens não de uso	10.902	1.631	(8.347)	4.186
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	1	29	-	30
Outros	24.188	4.954	(467)	28.675
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	238.892	7.989	(52.513)	194.368
Base negativa de contribuição social	756	-	-	756
Total dos créditos tributários (Nota 3g)	239.648	7.989	(52.513)	195.124
Obrigações fiscais diferidas (Nota 21e)	295.595	3.921	(14.103)	285.413
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(55.947)	4.068	(38.410)	(90.289)

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social

	R\$ mil			
	Diferenças temporárias		Base negativa	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Contribuição social	
2020	6.501	3.900	756	11.157
2021	21.550	12.930	-	34.480
2022	23.539	14.124	-	37.663
2023	50.897	30.538	-	81.435
2024	18.993	11.396	-	30.389
Total	121.480	72.888	756	195.124

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de setembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 188.956 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 227.330 mil), sendo: R\$ 188.200 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 226.580 mil) de diferenças temporárias e R\$ 756 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 750 mil) de base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

Notas Explicativas

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2019	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 30.9.2020
Superveniência de depreciação	216.535	-	(14.103)	202.432
Atualização de depósitos judiciais	79.060	3.921	-	82.981
Total dos impostos diferidos	295.595	3.921	(14.103)	285.413

22) GERENCIAMENTO DE RISCOS

- a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.
- b) A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Risco de Mercado

Análise de Sensibilidade – Instrução CVM Nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira Trading: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação

Notas Explicativas

são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

		Carteira <i>Banking</i> (1)					
		Em 30 de setembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2019		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(81)	(8.492)	(16.656)	(123)	(16.175)	(31.641)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	(20)	(1.682)	(3.217)	(33)	(2.517)	(4.825)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1)	(18)	(36)	(8)	(374)	(725)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(450)	(11.250)	(22.501)	(155)	(3.876)	(7.752)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(1.090)	(27.243)	(54.487)	(2.026)	(50.643)	(101.286)
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação de taxas juros de papéis negociados no mercado internacional	(1)	(29)	(55)	-	-	-
Total sem correlação		(1.643)	(48.714)	(96.952)	(2.345)	(73.585)	(146.229)
Total com correlação		(1.162)	(25.459)	(51.402)	(2.102)	(56.628)	(112.927)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,63 foi utilizado um cenário de R\$ 5,68, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,78% foi aplicado um cenário de 2,79%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,63 foi utilizado um cenário de R\$ 7,04, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,78% foi utilizado um cenário de 3,48%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; e

Notas Explicativas

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,63 foi utilizado um cenário de R\$ 8,44, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,78% foi utilizado um cenário de 4,17%. Os cenários para os demais fatores de risco também representam choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Notas Explicativas

d) Apresentamos o balanço patrimonial por prazo

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Caixa e Equivalente de Caixa	6.675	-	-	-	-	6.675
Instrumentos Financeiros	6.381.537	13.072	25.615	104.478	-	6.524.702
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	1.324	-	1.324
- Títulos e valores mobiliários	6.381.537	13.072	25.615	103.154	-	6.523.378
Operações de Arrendamento Mercantil	85.771	459.415	424.669	1.636.299	-	2.606.154
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(3.149)	(7.099)	(6.977)	(36.681)	-	(53.906)
Créditos Tributários	-	19.775	17.240	158.109	-	195.124
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	40.480	40.480
Imobilizado de Uso	-	-	-	-	3.086	3.086
Outros Ativos	18.053	70	-	838.736	-	856.859
Total em 30 de setembro de 2020	6.488.887	485.233	460.547	2.700.941	43.566	10.179.174
Total em 31 de dezembro de 2019	6.896.693	493.317	465.693	2.200.547	61.419	10.117.669
Passivo						
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	46	220	971.098	5.181.703	-	6.153.067
- Recursos de instituições financeiras	46	220	260	15	-	541
- Recursos de emissão de títulos	-	-	970.838	5.181.688	-	6.152.526
Provisões	-	-	-	158.280	-	158.280
Impostos Diferidos	-	-	-	285.413	-	285.413
Outros Passivos	59.473	20.162	-	29.927	-	109.562
Patrimônio Líquido						
Capital Social	-	-	-	-	2.312.267	2.312.267
Reservas de Lucros	-	-	-	-	1.160.683	1.160.683
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(98)	(98)
Total do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	3.472.852	3.472.852
Total em 30 de setembro de 2020	59.519	20.382	971.098	5.655.323	3.472.852	10.179.174
Total em 31 de dezembro de 2019	230.457	455	257	468.505	9.417.995	10.117.669

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de setembro de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1);
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1);
- Resolução nº 4.636/18 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1);
- Resolução nº 4.720/19 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 – R2); e
- Resolução nº 4.748/19 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

b) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia não gerou impacto significativo na Instituição.

c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de setembro de 2020.

Notas Explicativas

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabucco Cappi

Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Membros

Milton Matsumoto

Alexandre da Silva Glüher

Josué Augusto Pancini

Maurício Machado de Minas

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Octavio de Lazari Junior

Diretores Vice-Presidentes

Marcelo de Araújo Noronha

André Rodrigues Cano

Cassiano Ricardo Scarpelli

Eurico Ramos Fabri

Diretor Gerente

Moacir Nachbar Junior

Diretores Adjuntos

José Ramos Rocha Neto

Leandro de Miranda Araujo

Antonio José da Barbara

Diretores

Leandro José Diniz

José Gomes Fernandes

Renata Geiser Mantarro

Diretor de Relações com Investidores

Leandro de Miranda Araujo

Silvio José Alves
Contador – CRC 1SP202567/O-5

Notas Explicativas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



KPMG Auditores Independentes

Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro

06086-050 - Osasco/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 2856-5300, Fax +55 (11) 2856-5320

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e o Conselho de Administração da
Bradesco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Bradesco Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil (“Instituição”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma

Notas Explicativas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação não é requerida para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Osasco, 11 de novembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Notas Explicativas



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e o Conselho de Administração da
Bradesco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Bradesco Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil (“Instituição”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação não é requerida para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Osasco, 11 de novembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Diretor-Presidente

Eu, Octavio de Lazari Junior, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao 3º trimestre de 2020, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de outubro de 2020.

Octavio de Lazari Junior
Diretor-Presidente

Declaração do Diretor Vice-Presidente

Eu, André Rodrigues Cano, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao 3º trimestre de 2020, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de outubro de 2020.

André Rodrigues Cano
Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor-Presidente

Eu, Octavio de Lazari Junior, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao 3º trimestre de 2020, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de outubro de 2020.

Octavio de Lazari Junior
Diretor-Presidente

Declaração do Diretor Vice-Presidente

Eu, André Rodrigues Cano, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao 3º trimestre de 2020, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de outubro de 2020.

André Rodrigues Cano
Diretor Vice-Presidente